



ISSN 1980-5756 | DOI: 10.21171/ges.v17i48.3669
v.17, n.48, p. 5341-5366 | Maio/Agosto – 2023

Sistema Double Blind Review

GOVERNANÇA CORPORATIVA NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DO PERÍODO DE 2000 A 2020

CORPORATE GOVERNANCE IN THE THIRD SECTOR: A BIBLIO- METRIC STUDY FROM 2000 TO 2020

SHEILA SANTOS MEIRELES

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
email: sheila.sm@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0675-0254>

JOSIANE SILVA COSTA DOS SANTOS

Universidade Federal do Paraná (UFPR)
email: josiane.santos@unemat.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5072-5267>

THAIS ALVES LIRA

Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Email: lira1thais@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6310-6991>

MARTA SOUZA FERNANDES

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Email: marta.fernandes@ufms.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7733-5587>

VICENTE PACHECO

Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Email: vpacheco@ufpr.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6500-2264>

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar as características da produção científica com o tema governança corporativa no terceiro setor, envolvendo o período de 2000 a 2020. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quali-quantitativa, bibliométrico e de redes sociais. Os resultados foram elaborados em observação às três leis da bibliometria: Bradford, Zipf e Lotka. A base de dados foi o portal periódicos da CAPES, onde foram realizadas buscas avançadas de artigos por meio de palavras-chave. A população inicial compreendeu 1.638 artigos, dos quais, após a análise, resultou na amostra de 36 estudos. Para tratamento dos dados, utilizou-se o software Ucinet e a ferramenta WordArt.com. Os resultados mostraram a existência de picos de produção entre os anos de 2015, 2016 e 2018, com concentração de publicações em revistas B1 e A2. Quanto à rede entre autores, identificou-se baixa conectividade e, na rede de instituições de ensino, maior interação na Região Sul.

Palavras-Chave: Governança, Redes, Stakeholders, Gestão, Transparência.

ABSTRACT

The objective of the research is to analyze the characteristics of scientific production with the theme of corporate governance in the third sector from 2000 to 2020. This is a descriptive study, with a qualitative-quantitative, bibliometric and social network approach. The results were elaborated in observation of the three laws of bibliometrics, Bradford, Zipf and Lotka. The database was the CAPES journal portal, in which advanced searches for articles were performed using keywords. The population comprised 1638 articles and after analysis resulted in a sample of 36 studies. For data processing, the Ucinet software and the WordArt.com tool were used. The results showed that there are production peaks between 2015, 2016 and 2018, that there is a concentration of publications in B1 and A2 journals. As for the network between authors, low connectivity was identified and in the network of educational institutions there was greater interaction in the South Region.

Keywords: Governance, Networks, Stakeholders, Management, Transparency.

1 Introdução

A expressão terceiro setor, representada por diversos tipos de organizações sem fins lucrativos, teve crescimento no Brasil a partir de 1970 (FALCONER, 1999). Essas entidades se estabelecem com características de agentes privados, como o segundo setor, mas com fins públicos como o primeiro setor (FERNANDES, 1994). A explicação para o surgimento desses organismos se dá em virtude dos fenômenos sociais, que deixaram o contexto de cada organização do terceiro setor com características únicas, motivadas por fatores variados (CALDAS et al., 2019).

Essas particularidades permitem sua atuação na cultura, educação, segurança, lazer, área ambiental, direitos humanos, entre outros, proposto pela classificação de Salamon e Anheier, (1998). Nesse sentido, o Estado busca a qualificação das organizações do terceiro setor de modo a prestarem serviços de interesse público, desencadeando o desafio da regulação e da governança (CALDAS et al., 2009).

A governança tem sido alvo de estudos constantes ao longo dos últimos 30 anos, embora tenha seus registros iniciais já em torno do ano de 1930. Desde então, vem tomando força e crescente aplicabilidade, não somente para as empresas privadas, mas também para o governo e o terceiro setor (FREZATTI; ROCHA; NASCIMENTO 2009; GILLAN, 2006; WELLENS; JEGERS, 2013). A sua relevância no campo acadêmico é denotada pela produção de diversos estudos publicados, como pode ser observado no trabalho bibliométrico de Ribeiro e Santos (2015), o qual traz o perfil e a evolução do tema durante o período de 1999 a 2013, em periódicos Qualis/Capes Nacional.

Considerada um mecanismo de freio e contrapeso interno e externo às empresas, a governança garante o accountability para todos os stakeholders, além de minimizar a assimetria de informações por meio da adoção de boas práticas que aumentam sua performance na gestão, no compliance e na transparência (FREZATTI; ROCHA; NASCIMENTO, 2009). Ainda segundo Frezatti, Rocha e Nascimento (2009), originalmente, as práticas de governança foram criadas pelo International Federation of Accountants (IFAC) com apoio do Chartered Institute of Management Accountants (CIMA), os quais, por meio de estudos, construíram um framework de governança, que serve de base, no Brasil, para estudos nessa área.

Nesse contexto, em 1995, foi criado o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) com o intuito de promover a Governança Corporativa (GC), baseada nos princípios da equidade, transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa (IBGC, 2015; INNOCENTI; VICENTE; GASPARETTO, 2020). Naquele mesmo ano criou-se o Grupo de Institutos e Fundações Empresariais (GIFE), com a missão de “aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados” (IBGC, 2014, p. 02). Assim, em parceria com o IBGC, construíram um guia com o intuito de promover as melhores práticas de governança para as organizações sem fins lucrativos, com base nos mesmos princípios do IBGC (IBGC, 2015).

O guia veio em resposta à grande demanda das instituições sem fins lucrativos em garantir a legitimidade de suas ações e a relevância do terceiro setor, contribuindo para uma melhor relação com os stakeholders (IBGC, 2015). Tal ação vem ao encontro de alguns estudos relatados por Bevílaqua e Peleias (2015), demonstrando a importância da governança como um instrumento “para evidenciar a transparência, diminuir e controlar custos de transação, promover a participação cidadã”, além de impulsionar maior eficiência na evidenciação, facilitando a prestação de contas dos recursos recebidos aos órgãos reguladores.

Dessa forma, neste estudo, ao se observar o crescimento do terceiro setor, o contínuo interesse acadêmico sobre a temática governança e sua relevância para a evolução do setor em análise, encontrou-se um foco em trabalhos bibliométricos voltados para as publicações com temas diversos, fazendo surgir uma lacuna e a seguinte questão: quais são as características da produção científica com o tema governança corporativa no terceiro setor, do período de 2000 a 2020?

Desse modo, buscou-se, como objetivo geral deste estudo, analisar as características da produção científica com o tema GC no terceiro setor, do período de 2000 a 2020. Assim, esta pesquisa encontra justificativa na ausência de trabalhos bibliométricos relacionados ao terceiro setor (PAULA et al., 2010; CUSTÓDIO; JACQUES; QUINTANA, 2013; DAL VESCO; SANTOS; SCARPIN, 2015, RIBEIRO; SANTOS, 2015; RODRIGUES et al., 2016; RODY et al., 2018), com um olhar específico para governança corporativa. O termo governança corporativa, segundo Rodrigues e Malo (2006), tem sentido amplo e multifacetado, e possui abordagens multidisciplinares, permitindo uma dinâmica de incentivo ao engajamento e à participação de atores sociais no processo decisório organizacional.

Tal fator delimita a área aplicada, neste estudo, ao âmbito das ciências contábeis, uma vez que as práticas de governança corporativa contribuem para a melhor gestão, através da divulgação das informações financeiras e dos resultados sociais (IBGC, 2015). Assim, este estudo visa também mapear se esse tipo de governança tem despertado interesse de estudiosos e como os resultados obtidos em estudos têm contribuído nos vários tipos de organizações, que atuam no terceiro setor. Dessa maneira, esta pesquisa poderá contribuir para preencher a lacuna existente quanto ao perfil dos estudos publicados sobre esta temática.

Diante de um estudo bibliométrico atualizado é possível observar quais rumos os estudos da GC no Terceiro Setor devem tomar, visto tratar-se de temas embrionários e mais publicados nos últimos anos. As pesquisas bibliométricas permitem melhorar o conhecimento sobre um determinado assunto, “mesmo que já tenha atingido certa maturidade e legitimidade na área nacional e internacional” (RIBEIRO; SANTOS, 2015, p. 5), como é o caso do assunto governança.

2 Referencial Teórico

Esta seção faz um apanhado da literatura fornecendo melhor entendimento quanto a governança corporativa no terceiro setor.

2.1 Governança Corporativa no Terceiro Setor

O termo governança corporativa teve seu registro primeiro nos anos de 1932, tendo como foco a transparência e prestação de contas aos usuários das informações. A temática ganhou força nos Estados Unidos, em 1950, considerando a presença de acionistas familiares majoritários nas empresas, bem como de conselhos pouco ou nada atuantes, formados, muitas vezes, por indivíduos sem conhecimento de gestão. No Brasil, o assunto se solidificou em 1976, impulsionado por um grande aumento dos negócios na Bolsa do Rio de Janeiro, além do estímulo advindo da criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Lei das Sociedades por Ações (CARVALHO et al., 2020).

O desenvolvimento da GC, inicialmente, está ligado à teoria da agência, na qual os administradores, representando os acionistas, podem se envolver em decisões ou comportamentos que estejam em conflito, no sentido de maximizar retorno para os acionistas, ou mesmo conflitos envolvendo disputas entre acionistas minoritários e majoritários. Essas são razões fundamentais para o desenvolvimento da temática, porém, ressalta-se, que não são as únicas. Desde a segunda metade dos anos 1980, dois diferentes conjuntos de fatores internos e externos levaram as companhias a aderirem a melhores práticas de governança: internos – relacionados a conflitos de agência; e externos – vinculados às novas condições que se estabeleceram no mundo dos negócios e que exigiam mudanças nas práticas da alta gestão das instituições (ANDRADE; ROSSETTI, 2011).

A adoção das práticas de GC nas entidades do terceiro setor contribuem para um melhor relacionamento, de mais confiança dos doadores perante as entidades. Essas práticas são condição importante para um setor, que já traz o desafio de apresentar vários termos para o definir, sendo que cada um carrega um propósito. Esses termos são utilizados para melhor comunicação e compreensão, além de, também, serem empregados para a definição de sua estrutura e legalidade (ANHEIER, 2005). O Quadro 1 revela essa diversidade de termos usados no Brasil, em algumas categorias propostas.

Quadro

De acordo com IBGC, os princípios básicos da GC para o terceiro setor são: Transparência (disclosure) – consiste na utilização da transparência nas informações da entidade e nas prestações de contas, gerando expansão do valor da

organização; Equidade (fairness) - baseia-se no tratamento igualitário de todos os interessados, sem diferenciação ou favoritismo, liberando a presença e participação nas assembleias gerais; Prestação de contas (accountability) - demonstra a atuação da entidade de forma coerente, tempestiva e precisa, assumindo a responsabilidade dos efeitos de suas ações e omissões, assim como a responsabilidade no exercício da sua função; Responsabilidade corporativa (compliance) - zela pela efetividade econômica e financeira da organização, minimizando perdas e maximizando os investimentos sociais dos sócios (IBGC, 2016).

Larrate (2013) descreve, ainda, que as boas práticas de GC sugerem a existência de normas de conduta para gestores e funcionários, abrangendo diversos assuntos, por exemplo: cumprimento das leis e pagamento de tributos; operações com partes relacionadas; informações privilegiadas; processos judiciais e arbitragem; prevenção e tratamento de fraudes; pagamentos ou recebimentos questionáveis; recebimento de presentes e favorecimentos; doações; atividades políticas; e nepotismo.

Conforme destacado por Freeman, Phillips e Sisodia (2020), a sobrevivência das organizações depende muito da capacidade de entendimento e conhecimento das necessidades dos diversos stakeholders, internos e externos, visto que as decisões destes podem influenciar diretamente os resultados e até mesmo a sustentabilidade da entidade. No terceiro setor, a relação entre os diversos atores e as respostas dadas a eles tornam-se ainda mais relevantes, tendo em vista a necessidade de captar recursos e transformá-los em ações sociais. A falta de prestação de contas, por sua vez, pode influenciar na tomada de decisão dos stakeholders, por exemplo, os doadores, impactando diretamente nas ações sociais destinadas a outro grupo de atores: os beneficiários (PORTULHAK et al., 2017).

2.2 Estudos Correlatos

Diversos estudos bibliométricos sobre o terceiro setor foram produzidos pela literatura existente ao longo dos anos. Alguns são aqui destacados e servem de base para a discussão com os resultados desta pesquisa.

Paula et al. (2010) analisaram a publicação de artigos sobre terceiro setor nos periódicos de administração, no período de 1998 a 2009, que constam na lista Qualis/Capes, com nível A1 a B2. A partir da análise da amostra, formada por 77 artigos, os autores identificaram que a produção no terceiro setor é realizada por indivíduos isolados, ou grupos pequenos de pesquisadores, com redes de estudos em nível inferior ao que é realizado nacionalmente. Os autores concluíram que, no Brasil, a temática encontra-se em estágio inicial, com pesquisas pontuais e dispersas em termos de temáticas, e com diversas lacunas teóricas.

Custódio, Jacques e Quintana (2013), a partir da análise das redes de cooperação entre autores, também notaram uma dispersão muito grande entre os grupos de autores, constatando uma centralização na figura de um autor (Cunha), que apresentou o maior número de laços. Os autores identificaram, também, uma concentração quanto à classificação dos periódicos no estrato B3, e que não foram encontrados estudos nos periódicos A1 e A2. Foram investigados artigos científicos sobre o terceiro setor, em periódicos de Contabilidade, com qualificação A1 a B5 pela CAPES, nos anos de 2006 a 2010.

Sob o mesmo prisma, Dal Vesco, Santos e Scarpin (2015) investigaram as publicações científicas na temática do terceiro setor, no Brasil, consideradas sob a ótica de redes de cooperação entre autores, instituições, aspectos metodológicos e localidades regionais a elas vinculadas, no período de 2006 a 2010. Foram analisados 174 artigos e, entre os principais resultados, os autores destacaram a dispersão da produção científica no terceiro setor, e baixa densidade das redes de coautoria e a estrutura regional concentrada em publicações internas.

Rodrigues et al. (2016) analisaram as características da produção científica brasileira, na área contábil, relativas às organizações compreendidas no terceiro setor, entre os anos de 2004 a 2014. A amostra da pesquisa foi composta de 111 artigos, extraídos de congressos e periódicos de contabilidade. Entre os principais resultados encontrados, os autores destacam uma evolução, em quantidade, das pesquisas na área do terceiro setor, em especial nas instituições localizadas no Sul e Sudeste.

Rody et al. (2018) buscaram identificar qual era o panorama da produção científica sobre terceiro setor no Brasil, no período de 1993 a 2013. Para atingir o objetivo proposto, os autores realizaram um estudo bibliométrico com base em 115 artigos científicos, provenientes de publicação em periódicos e congressos de contabilidade e administração. Os principais resultados encontrados evidenciaram uma expressiva variedade de objetivos, tendências e recomendações para futuras pesquisas sobre o tema, indicando a existência de oportunidades para a formulação de novos problemas de pesquisas quanto à produção científica sobre terceiro setor.

Os artigos resumidos nessa subseção têm, em comum, a exposição sobre a evolução gradativa da produção de periódicos publicados sobre o terceiro setor, na área contábil e afins. Constatou-se, assim que, mesmo com alguma evolução, ao longo dos anos, os autores e as instituições ainda têm baixa conectividade, com dispersão de temas estudados. Desse modo, não se pôde identificar polos de pesquisa relacionados a algum tema específico, relacionado à contabilidade ou aplicado em alguma área específica de atuação do terceiro setor. Sendo assim, pretende-se identificar, ao final deste estudo, se ocorreram mudanças em relação aos achados anteriores e mapear a produção de uma temática específica em profundidade: a GC.

3 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se, quanto aos objetivos, como descritiva, com abordagem quali-quantitativa e, quanto aos procedimentos técnicos, como bibliométrica. Assim, os resultados foram elaborados em observação às três leis da bibliometria. A Lei de Lotka – formulada em 1926, que busca identificar a frequência de produção de artigos científicos entre autores; a Lei de Bradford - formulada em 1934, a qual determina a distribuição de artigos nos periódicos; e a Lei de Zipf - elaborada em 1949, retratando os termos mais utilizados, referentes à temática pesquisada (frequência de palavras-chave) (ARAÚJO, 2006; CHUEKE; AMATUCCI, 2015).

A base de dados utilizada para a busca dos artigos foi o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como critério de escolha o fato de esse portal ser classificado como portador de um dos maiores acervos do mundo (CAPES, 2013), com indexação de várias bases. O período referente à busca foi compreendido pelas publicações feitas de 2000 a 2020. Foi considerado como filtro apenas “artigos” publicados em periódicos com qualificação A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, de acordo com as classificações CAPES de periódicos quadriênio 2013 a 2016.

Para selecionar os artigos, a princípio, estabeleceu-se a procura dos termos “Governança Corporativa” e “Terceiro Setor”. Contudo, devido à escassez de dados encontrados, definiu-se por realizar uma busca avançada com o uso do termo “Governança” no título, associado ao booleano “and” e outras terminologias no singular e plural, em qualquer lugar, que são usualmente encontradas na literatura classificadas como terceiro setor, sendo estas: “ONG”, “Organização não governamental”, “OSC”, “Organização da Sociedade Civil”, “Fundação”, “Associação”, “Igreja”, “entidade não governamental”, “OSCIPI”, “ESFL”, “entidade sem fins lucrativos”, “organização sem fins lucrativos”, “instituição sem fins lucrativos”, “Terceiro setor”, “organização social”, “instituição religiosa”, “clube”, “time” e “Cooperativa”.

Assim, a população, inicialmente encontrada, foi de 1.638 estudos, que passaram por uma análise prévia, por meio da leitura dos resumos, para realizar o download em pdf, dos estudos que realmente abordavam o tema governança no terceiro setor, resultando em uma amostra de 36 artigos. Em seguida, foram realizadas leituras minuciosas dos artigos selecionados e, com o uso do software Microsoft Office Excel, foram tabuladas as seguintes informações: título, autores, palavras-chave, ano, instituições, Unidade de Federação (UF) das instituições, periódicos, classificação Qualis/Capes, objetivos, métodos e resultados. Tendo em vista que o estudo de uma rede social permite traçar os fluxos de informações e as construções cognitivas e simbólicas de atores de determinado grupo, identificando o comportamento deste grupo (ANZILAGO; MELO, 2016), para análise dos dados, foram realizados testes a fim de verificar a formação de redes entre os autores e entre as instituições, utilizando os softwares Ucinet 6.726 e Microsoft Office Excel; e, para identificar a frequência de ocorrência de palavras-chave, utilizou-se o Microsoft Office Excel; e, na elaboração

da nuvem, a ferramenta usada foi o WordArt.com; sendo os demais dados e análise apresentados em tabelas e figuras.

4 Análise dos Resultados

4.1 Produção Científica

Para caracterizar a produção científica com o tema governança corporativa no terceiro setor, do período de 2000 a 2020, nesta seção, são apresentados os resultados atingidos. Na Tabela 1, especificam-se os achados que fizeram parte da pesquisa, indicando-se: título do artigo, ano de publicação e autores.

Tabela 1. Artigos que fazem parte da amostra da pesquisa

Nº	Ano	Título Artigo	Autores
1	2004	Governança nas organizações do terceiro setor: considerações teóricas	Mendonça e Machado Filho.
2	2006	Estruturas de governança e empreendedorismo coletivo: o caso dos Doutores da Alegria	Rodrigues e Malo.
3	2007	governança corporativa: estudo de caso de uma organização não governamental	Mota, Ckagnazaroff e Amaral.
4	2010	Profissionalização da gestão organizacional no terceiro setor: um estudo de caso na Fundação Instituto Feminino da Bahia	Guimarães, Pinho e Leal.
5	2011	Governança no terceiro setor: estudo sobre uma organização francesa do século XIX	Milani Filho e Milan.
6	2012	Avaliação de desempenho das instituições de ensino superior pertencentes à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE)	Klann, Cunha, Rengele Scarpin.
7	2013	Governança em ONGs: Um ensaio teórico	Rocha e Feitosa.
8	2014	Práticas de governança corporativa, indicadas para monitoramento: Uma análise do nível de adoção em cooperativas agropecuárias	Siqueira e Bialoskorski Neto.
9	2014	Governança corporativa no terceiro setor: um estudo de caso em fundação de serviços hospitalares	Martins e Martins.
10	2015	Responsabilidade social empresarial: Classificação das instituições de ensino superior em reativas ou estratégicas sob a ótica da governança corporativa	Mac Lennan, Semensato e Oliva.
11	2015	Abordagem bibliométrica sobre a governança corporativa no setor da saúde	Monken, Motta, Schwach e Oliveira.
12	2015	Modelos de gestão do esporte educacional e governança no terceiro setor: o real, o possível e o ideal	Mota e Nassif.
13	2015	As boas práticas de governança: um estudo sobre a transparência e prestação de contas nas OSCIPS do RS	Silva, Seibert, , Wbatuba, e Macagnan .
14	2015	Governança e relações de poder: orientando as boas práticas em cooperativas e outras sociedades de pessoas	Vilela, Carvalho Neto, Bernardes e Cardoso. .
15	2015	Institutional Development for Good Governance: the role of intermediary NGOs in Pará state, Amazonia	Vasconcellos e Vasconcellos Sobrinho.
16	2015	Práticas de governança corporativa e indicadores de performance dos clubes de futebol: uma análise das relações estruturais	Rezende e Dalmacio.
17	2016	Transparência para gerar confiança: as fundações empresariais e suas práticas de governança	Bevílaqua e Peleias
18	2016	Governança no terceiro setor: um estudo de caso em uma fundação de apoio universitário	Ávila e Bertero
19	2016	Governança corporativa: o caso da Cooperativa COPACOL	Bortoluzzi, Leismann e Johann.
20	2016	Apontamentos sobre a adoção das boas práticas de governança nas organizações do terceiro setor. Importância da adoção de um programa de compliance efetivo, à luz da lei n. 12. 846 / 2015	Castro.
21	2016	A Prática da governança corporativa e sua influência para os Stakeholders envolvidos no desenvolvimento de um Projeto Esportivo do SESI-SP	Varotti e Malaia

22	2016	Administração de clubes de futebol profissional: proposta de um modelo específico de governança para o setor	Marques e Costa.
23	2016	Governança em cooperativas agropecuárias: um estudo sob a ótica da arquitetura contratual	Liszbinski, Macagnan, Patias, Motke e Silva.
24	2017	Entendimento da governança corporativa nas entidades esportivas, sob a óptica dos dirigentes	Ribeiro H.
25	2017	Governança corporativa em entidades do terceiro setor: análise de APAES catarinenses	Schulz, Silva e Silva.
26	2017	Governança e educação cooperativa em cooperativas agropecuárias: o caso da CIVAB no município de Canudos (BA)	Ribeiro K..
27	2018	Governança e futebol: um estudo em clubes de Caxias do Sul	Nazi e Amboni.
28	2018	Governança corporativa: análise de boas práticas em uma instituição religiosa	Rosini e Silva.
29	2018	Estrutura de governança corporativa de um hospital filantrópico: um estudo de caso	Zanatta, Trevisan e Braggio.
30	2018	Governança em cooperativas: aplicação em uma cooperativa agropecuária	Maciel, Seibert, Silva, Wbatuba. e Salla.
31	2018	Análise das características de governança corporativa considerando porte e tipo de patrocínio de entidades fechadas de previdência complementar atuantes no Brasil	Falcão e Alves.
32	2018	Índices de governança corporativa aplicados ao terceiro setor	Peres, Duarte Filho e Araújo.
33	2018	Governança corporativa no terceiro setor: estudo de caso da obra social Santa Rita de Cássia	Lolla e Veloso.
34	2019	Práticas de governança corporativa nas entidades de terceiro setor	Carneiro, Taveira e Penha.
35	2020	Evidenciação voluntária de boas práticas de governança corporativa em fundações privadas, à luz do IBGC	Innocenti, Vicente e Gasparetto.
36	2020	Governança corporativa no terceiro setor: estudo de caso na Associação de Pais e Amigos dos Expcionais de Governador Valadares	Ramos, Peixoto, Ferreira e Rodrigues.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em um universo de 1.638 pesquisas publicadas durante o período selecionado para a pesquisa, apenas 36 trataram da relação entre o terceiro setor e a GC, ou seja, aproximadamente 2,19% do total. Embora o termo terceiro setor apareça de forma genérica na maioria dos estudos analisados, a presença de práticas de GC foi identificada nas seguintes proporções: 30% em cooperativas e associações, 22% em entidades religiosas, de ensino e saúde, 16% em clubes de futebol e esportes, 16% em fundações e organizações sem fins lucrativos, 11% em ONGs e OSCIPs e 5% em revisão de literatura (Tabela 1).

Em relação ao número de publicações relacionadas à GC no terceiro setor, entre 2000 a 2020, identificou-se uma baixa ocorrência, com apenas um artigo por ano, começando em 2004, 2006, 2007, 2010, 2011, 2012 e 2013, e uma leve tendência de crescimento do número de publicações ao longo do tempo, com início no ano de 2014 (com dois artigos) e alguns picos de publicações em 2015, 2016 e 2018 (com sete artigos cada), e 2017 (três artigos). Todavia, observou-se uma queda brusca em 2019 (um artigo) e 2020 (dois artigos).

Na sequência, conforme exposto na Tabela 2, é possível identificar os periódicos com maior incidência de publicações sobre o tema. Observa-se que a maior concentração de publicações ocorreu na Revista Contabilidade, Gestão e Governança, Podium: Sport, Leisure And Tourism Review, Revista Metropolitana de Sustentabilidade, Revista Metropolitana de GC e Revista de Gestão. Tais resultados validam a Lei de Bradford (ARAÚJO, 2006), demonstrando o núcleo de periódicos mais devotos em relação à temática, correspondentes à zona A de concentração, com duas a quatro publicações. Com isso, pode se inferir que a produção relacionada à governança no terceiro setor encontra-se pulverizada por diferentes periódicos.

Tabela 2. Lei de Bradford

Periódico	Qtde	%	% Acumulado	Áreas de Dispersão
Contabilidade, Gestão e Governança	4	11	11	Zona A: Concentração (Maior produtividade)
Podium: Sport, Leisure and Tourism Review	3	8	19	
Revista Metropolitana de Sustentabilidade – RMS	2	6	25	
Revista Metropolitana de Governança Corporativa – RMGC	2	6	31	
Revista de Gestão – REGE	2	6	36	
Revista de Administração da RAUSP	1	3	39	Zona B: Concentração (Menor produtividade)
Revista de Administração Contemporânea – RAC	1	3	42	
Cadernos Gestão Social	1	3	44	
Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)	1	3	47	
Revista do Centro Interdisc. de Desenv. e Gestão Social	1	3	50	
Revista Mineira de Contabilidade	1	3	53	
Perspectivas em Gestão & Conhecimento	1	3	56	
Revista de Gestão Social e Ambiental	1	3	58	
Revista Gestão.Org	1	3	61	
Revista de Administração Pública	1	3	64	
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	1	3	67	
Revista Quaestio Iuris	1	3	69	
Revista Organizações & Sociedade	1	3	72	
Revista UNEMAT de Contabilidade	1	3	75	
Revista Gesto	1	3	78	
Revista Baru PUC-GO	1	3	81	
Revista Científica Hermes	1	3	83	
Revista Holos	1	3	86	
Revista de Administração Contemporânea	1	3	89	
Revista Foco	1	3	92	
Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia	1	3	94	
Revista Qualitas	1	3	97	
Perspectivas Contemporâneas	1	3	100	
Total	36	100		

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação à classificação Qualis/Capes, identificou-se que a maioria das publicações estão concentradas em periódicos A2 e B1; resultado divergente do encontrado por Custódio, Jacques e Quintana (2013). Os referidos autores não localizaram publicações com Qualis/Capes A1 e A2, mas apenas três artigos B1. Tal evolução de publicações pode ter sido influenciada pelo maior interesse dos periódicos e dos pesquisadores em relação ao terceiro setor. Outro estudo cujos resultados diferem dos encontrados nesta pesquisa é o de Paula et al. (2010), no qual os autores verificaram que as publicações de artigos com a temática terceiro setor, no Brasil, estavam mais concentradas em revistas B2.

Feita essa verificação, foram analisadas, ainda, as produções por região, de acordo com a Instituição de Ensino Superior (IES), sendo os artigos classificados de acordo com a IES dos autores. Nesse sentido, observa-se que, para pesquisas com mais de um autor para a mesma instituição, foi contada uma ocorrência, e, para autores de diferentes instituições, foi computada uma ocorrência para cada. Dessa forma, dos 36 artigos distribuídos em 90 autores, constatou-se a ocorrência de 40 IES, sendo 37% privadas e 63% públicas. No âmbito nacional, as regiões vinculadas aos autores com maior produtividade foram a Sudeste e a Sul, e as com menor, a Norte e a Centro-Oeste. Também encontrou-se a participação de IES do exterior sendo uma do Canadá e outra da Espanha.

A Lei de Zipf (ARAÚJO, 2006) possibilita verificar qual é a tendência de palavras mais utilizadas em determinado conjunto, sendo que uma mesma palavra pode ser utilizada muitas vezes e, desse modo, a repetição das terminologias pode legitimar o assunto tratado. Observando-se o exposto adiante, na Figura 1, é possível validar a Lei de Zipf e averiguar o comportamento das palavras-chave com a temática GC. Nesta análise, a nuvem foi formada por um total de 120 palavras-chave, das quais, 64 apareceram somente uma vez, mantendo-se em menor destaque. As palavras-chave mais usuais foram: "Governança Corporativa" (16), seguida por "Governança" (10), "Terceiro Setor" (9), "Transparência" (5), "Cooperativas" (4), "Instituições de ensino superior", "Organização do Terceiro Setor", "Princípios de governança", "ONGs", "Teoria da Agência", e "Gestão Esportiva" (2 cada) (Figura 1). Dessa maneira, ao identificar os tópicos mais abordados dentro da temática, articulados entre os autores, visando aprofundar e desenvolver a pesquisa sobre a governança no terceiro setor, obteve-se a confirmação de inúmeras terminologias para o uso análogo à palavra terceiro setor.

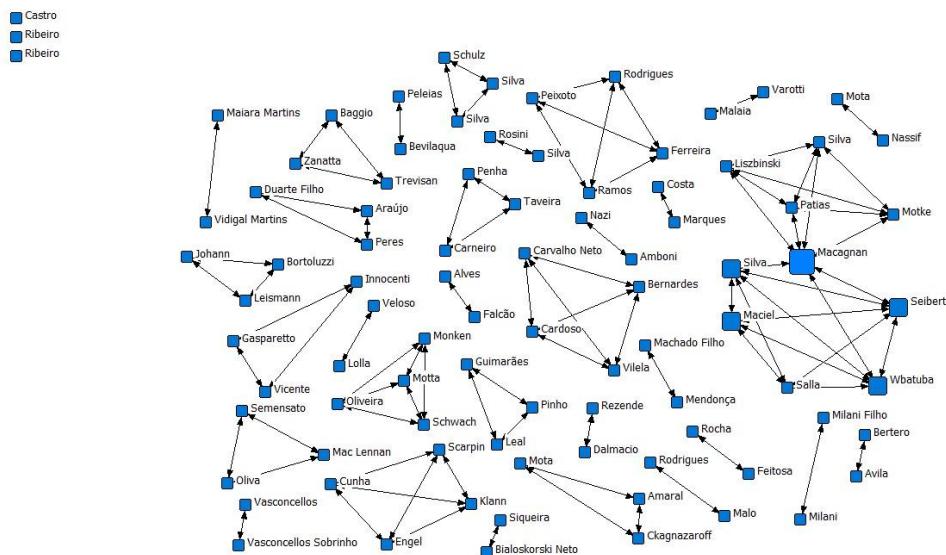
Figura 1. Nuvem de palavras-chave



Fonte: Dados da pesquisa

Na sequência, visando entender a dinâmica da interação dos relacionamentos, o grau de compartilhamento e a disseminação do conhecimento, ilustram-se, nas Figuras 2 e 3, respectivamente, as redes formadas por autores e, em seguida, por instituições. Pode-se, ainda, observar lacunas estruturais ao se perceberem produções individuais, as quais não estabelecem relações com outras regiões, mas, em contrapartida, é essa ausência de rede que revela a especificidade do assunto estudado. A cooperação entre uma diversidade de autores ou instituições, por sua vez, vem denotar que naquela localidade surge um campo de produção do conhecimento sobre a temática.

Figura 2. Rede de Autores

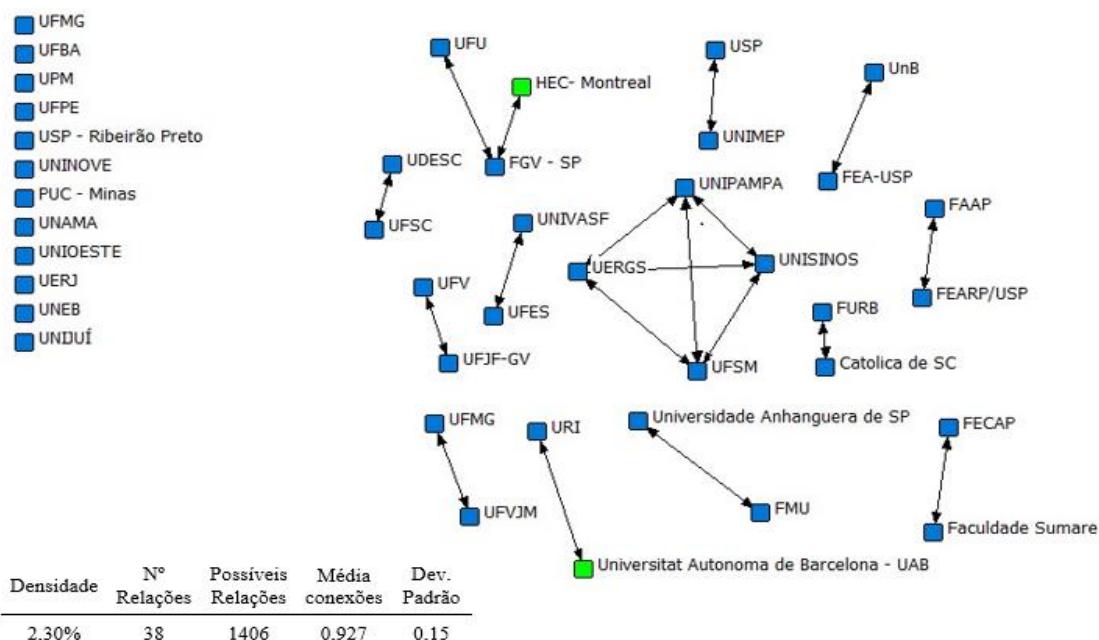


Fonte: Dados da pesquisa

A rede de autores remete à formação de pequenas interações, sendo a principal com autores do Sul do Brasil, com destaque para Macagnan, presente na interação entre seis pesquisadores, relação máxima que a rede alcançou (Figura 2). Aponta-se, pela baixa interação dos autores, que há preferência por estabelecer parcerias com pares da própria região e que não há um polo de pesquisa sobre GC, o que há são produções pontuais. Dal Vesco, Santos e Scarpin (2015), em estudo que realizaram, encontraram também uma produção segmentada entre várias áreas, porém apontando alguns polos de estudo sobre o terceiro setor. Em resposta à lei de Lotka, identificou-se que os autores com maior frequência de produção foram Macagnan, Seibert, Silva e Wbatuba, atingindo dois artigos cada um.

Nesta pesquisa, observou-se, quanto à densidade, o valor 2,30%, representando uma baixa conectividade das 32.942 possibilidades de conexões; e foram identificados 182 relacionamentos, pontuando uma média de duas relações por autor. Verifica-se, portanto que o desenvolvimento do estudo GC ainda tem baixo fluxo de informações, sendo esta uma oportunidade para preenchimento de lacunas sobre a temática.

Figura 3. Redes de Instituições de Ensino Superior



Fonte: Dados da pesquisa

A partir da visualização da rede das IES (Figura 3), constata-se baixa interação entre as 40 instituições, denotando que a maior parte da produção de artigos ocorre entre pares da mesma instituição, sem grande interação entre as demais, seguido da relação entre duas instituições. Logo, infere-se que não há grande fluxo de conectividade de informações sobre GC no terceiro setor, o que limita a troca entre autores no país. No entanto, observou-se, no Sul, o maior grau de interação das redes, seguido de São Paulo, no Sudeste, em consonância com o estudo de Rodrigues et al. (2016), o qual destacou a evolução da produção no Sul.

Observa-se também o início de interações internacionais para a discussão da temática, com a participação da HEC-Montreal, escola de referência de negócios do Canadá, e a Universidade Autônoma de Barcelona-UAB. Quanto à avaliação de densidade, observou-se o mesmo percentual das redes de autores, com o valor de 2,30%, representando uma baixa conectividade, com uma média de 0,927 interações, com 38 relações dentro da possibilidade de 1.406 relações. Por fim, observou-se um grande número de instituições de São Paulo - SP que não formam redes.

4.2 Análise descritiva dos achados

Dentre os achados que compreendem a amostra deste estudo, alguns artigos teóricos foram identificados. Assim, apresentam-se: o de Mendonça e Machado Filho (2004), destacando que implementar e mensurar os mecanismos de GC no terceiro setor é um desafio, em virtude das características organizacionais, como a relação do agente e principal; o de Rocha e Feitosa (2013), apresentando algumas perspectivas teóricas relacionadas à governança, como Teoria da Agência, Teoria do Stewardship, Teoria da Dependência de Recursos, Teoria dos Stakeholders, Teoria da Hegemonia Gerencial e Teoria dos custos de transação; o de Vilela et al. (2015), que abordaram sobre a governança em cooperativas, associações e organizações do terceiro setor, destacando as divergências de boas práticas diante das peculiaridades organizacionais de associação de capital e/ou associação de pessoas; e por fim, o de Castro (2016), que interligou a literatura de GC com a ética e a Lei anticorrupção n. 12.846 /2015.

Casos práticos de adoção dos mecanismos de GC também foram identificados na amostra, como o da ONG Redenção; da ONG Instituto Passe de Mágica, que atua no seguimento esportivo; da organização francesa Société

Parisienne des Études Spirites; das cooperativas agropecuárias; e das instituições religiosas (MOTA; CKAGNAZAROFF; AMARAL, 2007; MILANI FILHO; MILANI, 2011; SIQUEIRA; BIALOSKORSKI NETO, 2014; MOTA; NASSIF, 2015; ROSINI; SILVA, 2018; LOLLA; VELOSO, 2018). As principais práticas identificadas foram: serviços de auditoria independente, presença de membros externos na composição dos conselhos, monitoramento das ações da diretoria e divulgação e prestação de contas. O papel de ONGs intermediárias no estabelecimento de vínculos entre governos e comunidades rurais, que contribuem para a boa governança, também foi explorado por Vasconcellos e Vasconcellos Sobrinho (2015).

Zanatta, Trevisan e Baggio (2018) buscaram avaliar a estrutura de GC de um hospital filantrópico. Como resultados, os autores evidenciam que o hospital aplica boas práticas de GC, pautadas em um manual próprio da gestão, restringindo, com isso, as diretrizes organizacionais na operacionalização da GC na sua rotina. Martins e Martins (2014) analisaram as boas práticas de GC da fundação de apoio de serviços hospitalares da Universidade Federal de Uberlândia. Os autores concluíram que, na fundação, o Conselho possui uma relação satisfatória com os princípios de GC, embora a Responsabilidade Corporativa tenha apresentado atuação parcial, pois itens que requerem respostas, mudanças, garantias ou cumprimentos de normas governamentais, foram tidos como indiferentes pelos Conselheiros. Com foco também no setor de saúde, Monken et al. (2015) realizaram uma pesquisa bibliométrica envolvendo o período de 2004 a 2014. Os autores constataram a tendência da GC em saúde estar ligada a entidades sem fins lucrativos ou organizações governamentais.

No âmbito esportivo dos clubes de futebol, Nazi e Amboni (2018) apontaram que há uma urgência para a profissionalização e administração dos recursos, e que, por meio da implantação de práticas de GC, os clubes potencializam a garantia da sua viabilidade e sobrevivência financeira. No mesmo sentido, Ribeiro H. (2017) e Marques e Costa (2016) evidenciaram que mecanismos de GC são aplicadas nas rotinas administrativas dos clubes de futebol com o objetivo de modernizar e profissionalizar suas práticas, sendo estas exigências provindas dos grupos de interesse, inclusive potenciais investidores. Rezende e Dalmácio (2015), ao analisarem 27 clubes de futebol, identificaram que a relação com o tamanho da organização, a maior visibilidade e a maior cobertura de mídia contribuem para maior pressão por transparência nas atividades.

Com foco na percepção dos colaboradores da Copacol quanto às boas práticas da GC, na cooperativa agroindustrial do Paraná, Bortoluzzi, Leismann e Johann (2016) verificaram que os quatro princípios da governança são claramente percebidos na rotina da organização. Sob a ótica dos cooperados Ribeiro K. (2017) identificou e analisou os entraves gerenciais enfrentados pela Cooperativa dos Irrigantes do Rio Vaza-barris, constatando a necessidade de alinhar as estratégias e os interesses com os stakeholders, com foco em promover melhorias em seus níveis de GC.

Em cooperativas agropecuárias, Maciel et al. (2018) investigaram estruturas de governança, tendo constatado uma estrutura mínima de GC e valores que orientavam o crescimento sustentável financeiro. No mesmo segmento, Liszbinski et al. (2016) identificaram que as cooperativas agropecuárias aplicavam práticas de GC; mas, em comparação com as empresas de capital, havia muitas ações que ainda deveriam ser desenvolvidas no âmbito da gestão financeira dos investimentos.

Com base nas informações publicadas nos sites institucionais, Silva et al. (2015), analisaram 89 OSCIPs do estado do Rio Grande do Sul, e apontaram que os elementos evidenciados eram insuficientes para caracterizar como adequadas à prestação de contas. Em dez Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), Schulz, Silva e Silva (2017) evidenciaram que a transparência promovida pelas associações se concentra, majoritariamente, em aspectos de obrigatoriedades aos requisitos legais. Em outro estudo, Ramos et al. (2020) identificaram que as práticas adotadas pela APAE (Governador Valadares) não seguem os princípios da GC, gerando, com isso, margem para o oportunismo dos agentes.

Concentrando-se em fundações privadas e no uso de mecanismos de GC com fundamento no IBGC, Bevílaqua e Peleias (2015) identificaram práticas deficitárias, como o uso da mesma logomarca de suas mantenedoras e a falta de divulgação das informações sobre assembleias nos websites. Innocenti, Vicente e Gasparetto (2020) verificaram que as fundações possuem nível médio de evidenciação voluntária, o que reflete na adequação parcial dos princípios do IBGC. Rodrigues e Malo (2006) realizaram uma pesquisa com os “Doutores da Alegria”, e relatam que, na organização, ocorreram intensos conflitos nos processos organizacionais, em virtude da falta de adoção de critérios de remuneração e treinamentos. Diante dessa constatação, os autores reportam a necessidade de que seja desenvolvido um processo decisório participativo, que contenha uma estrutura de governança, que

permita o engajamento dos membros, a motivação e mobilização não só pela causa, mas também para manter motivada a gestão. Guimarães, Pinho e Leal (2010) investigaram a necessidade de qualificação da gestão organizacional na Fundação Instituto Feminino da Bahia (FIFB), e contataram relativo grau de profissionalização.

Com a finalidade de medir o desempenho econômico em uma Fundação de Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia, Ávila e Bertero (2016) elaboraram o Índice de Governança (IGOV), evidenciando sua importância por se constituir como uma ferramenta adequada para o confronto e a medição de desempenho de entidades sem fins lucrativos. No que tange ao desempenho em projetos sociais de oito instituições de ensino superior de Santa Catarina, sem fins lucrativos, Klann et al. (2012) contataram que a avaliação ocorre com base nos indicadores financeiros, como valor do investimento e custo do projeto; bem como nos não financeiros, como número de pessoas beneficiadas e efetividade da assistência social. Mac Lennan, Semensato e Oliva (2015) avaliaram as estratégias de responsabilidade social empresarial (RSE), em 37 Instituições de Ensino Superior (IES), e constataram que elas se posicionavam nas estratégias de RSE reativa, ou seja, se preocupavam com os impactos sociais e ambientais de sua operação.

No âmbito da aplicação das práticas de GC e da captação e prestação de contas dos recursos das entidades do terceiro setor, Varotti e Malaia (2016), Falcão e Alves (2018), Peres, Duarte Filho e Araújo (2018) e Carneiro, Taveira e Penha (2019) demonstraram que é imprescindível a padronização dos procedimentos para a aplicação das práticas da GC. Assim, as entidades do terceiro setor necessitam atentar-se para a aplicação dos princípios de GC, principalmente no que tange à transparência na prestação de contas dos recursos captados, com foco em prezar por uma relação satisfatória com seus patrocinadores.

A maior parte das pesquisas analisadas neste estudo adotou, como procedimento metodológico, a técnica do estudo de caso único ou multicasos. Desse modo, para a triangulação das informações, utilizaram-se de entrevistas, questionários ou checklist nos sites das entidades do terceiro setor, a fim de validar os mecanismos de governança. A contribuição dos estudos aqui avaliados para a literatura contábil, especificamente no que tange à GC no terceiro setor, é evidente. Como lacunas para pesquisas futuras, percebe-se a necessidade de estudos que busquem a opinião dos doadores, voluntários e dos usuários que recebem serviços das organizações do terceiro setor, a fim de dar voz a esses diversos atores quanto às

práticas da GC; estudos que acompanhem/monitorem a evolução das práticas de governança por meios eletrônicos; e a criação ou o aperfeiçoamento de instrumentos ou indicadores que auxiliem essas entidades na identificação do nível da GC, assim como, de outras práticas satisfatórias para a boa gestão dos recursos financeiros captados.

5 Considerações Finais

O terceiro setor, por não ter finalidade lucrativa, não tem recebido a atenção merecida, sendo a gestão dessas entidades, bastante deficitárias. Cabe à contabilidade e à governança auxiliar nesse processo de gerar e dar transparência às ações desenvolvidas por essas instituições. Pesquisas bibliométricas mostram o quanto este setor precisa de estudos, para demonstrarem tais realidades e servirem de modelos para que as organizações repliquem. Nesse sentido, cumpre-se o objetivo desta pesquisa, que é analisar as características da produção científica com o tema governança corporativa no terceiro setor, do período de 2000 a 2020.

Os resultados indicaram uma dispersão grande nos números de laços, destacando baixa interatividade entre autores e instituições. Evidenciou-se, neste caso, que não há um campo prolífico de pesquisa, mas grupos que trabalham isolados, sem pontos de concentração. A produção acadêmica é concentrada, com o maior número de publicações por instituições, individualmente, em São Paulo; mas, quando se fala em associações, interações e compartilhamento de informações, o Sul se destaca. Logo, a produção acadêmica concentra-se, em mais de 50%, no eixo Sul e Sudeste, sendo a produção nula em muitos estados do País.

Sobre a produção científica por quantidade de artigos produzidos por ano e por qualificação Qualis/Capes, percebem-se picos de produção entre os anos de 2015, 2016 e 2018, não mantendo, contudo, a estabilidade de produções, a qual cai sensivelmente, nos anos seguintes, coincidindo com o período pandêmico. Quanto à qualificação, é espelhado um ganho de interesse por autores e periódicos de reconhecida qualidade, tendo em vista que há concentração de publicações em revistas B1 e um aumento de publicações em revistas A2.

Um diferencial deste estudo é que não se trata de quantificar bibliometricamente os artigos analisados, mas contemplar o que estas pesquisas evidenciam através da análise descritiva, abordando quais teorias podem ser utilizadas para um diálogo com a GC, quais mecanismos da GC são mais usuais, e a

criação de indicadores que possibilitam avaliar o desempenho financeiro e social do terceiro setor. Outro diferencial, ainda, consiste em ratificar a amplitude do emprego da GC, aplicada de forma diferentes em vários campos do terceiro setor, fato corroborado por seu lado multifacetado, abrangente e multidisciplinar.

A diversidade de terminologias continua sendo um desafio para a realização de pesquisas no terceiro setor, cabendo ao pesquisador a cautela por abranger termos afins. Outra limitação é a restrição da pesquisa à base na qual o estudo foi construído, o Periódicos Capes. Para estudos futuros, a abrangência do tipo de pesquisa poderia ser ampliada, incluindo dissertações e teses, assim como a busca em outras bases.

Como lacunas a serem preenchidas por pesquisas futuras, percebe-se a necessidade de estudos que deem voz aos stakeholders ainda não ouvidos, como os doadores, os voluntários e os usuários, que recebem serviços de organizações do terceiro setor, com propósito de ampliar as vozes dos diversos atores no que tange às práticas de GC. E, ainda, estudos que auxiliem essas entidades na identificação do nível de GC para acompanhar a evolução das práticas de governança eletrônica; e a criação ou o aperfeiçoamento de instrumentos ou indicadores e de outras práticas satisfatórias para a boa gestão dos recursos captados. Por fim, sugere-se que sejam exploradas as categorias de análise da governança pública aplicadas no terceiro setor, assim como, outros tipos de governança que impacte esse setor.

Referências

ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. Governança corporativa fundamentos, desenvolvimento e tendências. 7. São Paulo: Atlas, 2011

ANHEIER, H. K. Nonprofit Organizations: theory, management, policy. New York: Routledge, 2005.

ANZILAGO, M.; MELO, F. J. de. Networking nas relações institucionais: Uma análise no congresso Anpcont entre o período de 2013 a 2015. Interfaces Científicas Humanas e Sociais, v.5 n.2, p.97-112, 2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/3096> Acesso em: 5 jun. 2021.

ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. Em Questão, v.12 n.1, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16> Acesso em: 2 maio, 2021.

ÁVILA, L. A. C.; BERTERO, C.O. Governança no terceiro setor: um estudo de caso em uma fundação de apoio universitário. *Rev. Brasileira de Gestão de Negócios*. v.18 n.59 p.125-144, 2016. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v18i59.2107> Acesso em: 2 maio, 2021.

BEVILAQUA, S.; PELEIAS, I. R. Transparência para gerar confiança: as fundações empresariais e suas práticas de governança. *Gestão. Org*, v.13 n.2, p.140-153, 2015. Disponível: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7647627> Acesso em: 1 junho, 2021.

BORTOLUZZI, F.; LEISMANN, E. L.; JOHANN, J. A. Governança corporativa: o caso da cooperativa Copacol. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*. v. 6 n.3. p.24-40, 2016. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/6bfbdb12e8d294dd974c5d63347e329f/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2035014>. Acesso em: 4 junho, 2021.

CALDAS, P. T.; AMORIN, A. F.; VALE, S. C.; CAVALCANTE, C. E.; DIAS, T. F.. De onde vim? Para onde vou? O terceiro Setor em João Pessoa/PB. *Desenvolvimento em Questão*, v. 17, n. 46, p. 333-356, 2019.

CARNEIRO, T. E.; TAVEIRA, L. D. B.; PENHA, R. S. Práticas de governança corporativa nas entidades de terceiro setor. *Qualitas Revista Eletrônica*. v.20 n.2 p.20-39, 2019. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/4097> Acesso em: 10 maio, 2021.

CARVALHO, A. C.; BERTOCCELLI, R. P.; ALVIM, T. C.; VENTURINI, O. *Manual de Compliance*. 2º. Edição Rio de Janeiro: Forense, 2020.

CASTRO, J. M. G. Apontamentos sobre a adoção das boas práticas de governança nas organizações do terceiro setor. Importância da adoção de um programa de compliance efetivo, à luz da Lei n. 12.846/2015. *Revista Quaestio Iuris*. v.9 n.2. p.1012-1030, 2016. <https://doi.org/10.12957/rqi.2016.22574>

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. *Internext*, v.10 n.2, p.1-5, 2015. Disponível em: <https://internext.espm.br/internext/article/view/330>. Acesso em: 6, maio, 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CAPES. Portal de periódicos, mais ágil, mais fácil, mais moderno, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/images/documents/folder.PDF>. Acesso em: 6, maio, 2021.

CUSTÓDIO, E. B.; JACQUES, F. V. S.; QUINTANA, A. C. Organizações sem fins lucrativos: um estudo bibliométrico. *Revista Ambiente Contábil*, v.5 n.2, p.107-127, 2013. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/contabil/article/view/395> Acesso em: 8, abril, 2021.

DAL VESCO, D. G.; SANTOS, A. C.; SCARPIN, J. E. Análise do campo científico em pesquisas com a temática "Terceiro Setor" no Brasil sob a perspectiva de redes sociais. *ConTexto*, v.15 n.29, p.47-61, 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/40083>. Acesso em: 2 maio, 2021.

FALCONER, A. P. A promessa do terceiro setor. Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor. Universidade de São Paulo, 1999.

FALCÃO, G. Q.; ALVES, C. A. M. Análise das características de governança corporativa considerando porte e tipo de patrocínio de entidades fechadas de previdência complementar atuantes no Brasil. *Revista Foco*. v.11 n.2. p.161-180, 2018. Disponível: <https://www.academia.edu/download/57032355/546-2290-1-PB.pdf> Acesso em: 1 maio, 2021.

FERNANDES, R. C.. Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará.1994.

FREEMAN, R. E.; PHILLIPS, R.; SISODIA, R. Tensions in Stakeholder Theory. *Business & Society*, v.59 p.2, p.213-231, 2020. <https://doi.org/10.1177/0007650318773750>

FREZATTI, F.; ROCHA, W.; NASCIMENTO, A. R. do. Controle Gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009.

GILLAN, S. L. Recent developments in corporate governance: An overview, 2006.

GUIMARÃES, I. P.; PINHO, L. A.; LEAL, R. S. Profissionalização da gestão organizacional no terceiro setor: um estudo de caso na Fundação Instituto Feminino da Bahia. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança* v.13 n.3, p.132 – 148, 2010. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/279> Acesso em: 5, maio, 2021.

INNOCENTI, R. M.; VICENTE, E. F. R.; GASparetto, V. Evidenciação Voluntária de Boas Práticas de Governança Corporativa em Fundações Privadas, à Luz do IBGC. *Revista Metropolitana de Governança Corporativa*, v.5 n.1, p.104, 2020. Disponível em: <http://35.199.90.105/index.php/RMGC/article/view/2345> Acesso em: 23, maio, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC) e Grupo De Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Guia Das Melhores Práticas de Governança Para Fundações e Institutos Empresariais. São Paulo, SP: IBGC e GIFE, 2014. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/guia-das-melhores-praticas-de-governanca-para-institutos-e-fundacoes-empresariais> Acesso em: 20, maio, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). Código brasileiro das melhores práticas de governança corporativa. São Paulo: IBGC, 2015. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/> Acesso em: 22, maio, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). Guia das Melhores Práticas para Organizações do Terceiro Setor: Associações e Fundações. São Paulo, SP: IBGC, 2016. Disponível em: https://fonif.org.br/wpcontent/uploads/2020/06/GUIA_3SETOR_IBGC_WEB.pdf Acesso em:14, junho, 2021.

KLANN, R. C.; CUNHA, P. R.; RENGEL, S.; SCARPIN J. E. Avaliação de desempenho das instituições de ensino superior pertencentes à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe). *Journal of Accounting, Management and Governance*. v.15 n.3. p.71-87, 2012. Disponível em:

<https://www.revistacgg.org/contabil/article/download/363/pdf> Acesso em: 20, abril, 2021.

LARRATE, M. Governança corporativa e remuneração dos gestores. São Paulo Atlas, 2013.

LISZBINSKI, B. B.; MACAGNAN, C. B.; PATIAS, T. Z. MOTKE, F. D.; SILVA, O. T. Governança em cooperativas agropecuárias: um estudo sob a ótica da arquitetura contratual. Revista Unemat de Contabilidade. v.5 n.9. p.21-41, 2016. <https://doi.org/10.30681/ruc.v5i9.1098>

LOLLA, S. C. C.; VELOSO, E. F. R. Governança corporativa no terceiro setor: estudo de caso da obra social Santa Rita de Cássia. Revista Metropolitana de Governança corporativa. v.3 p.1 p.29-51, 2018. Disponível em: <http://35.199.90.105/index.php/RMGC/article/view/1760> Acesso em: 15, abril, 2021.

MAC LENNAN, M. L. F.; SEMENSATO, B. I.; OLIVA, F. L. Responsabilidade social empresarial: classificação em instituições de ensino superior em reativas ou estratégias sob a ótica da governança corporativa. REGE. v.22 p.4 p.457-472, 2015. <https://doi.org/10.5700/rege572>

MACIEL, A. P. B; SEIBERT, R. M.; SILVA, R. C. F.; WBATUBA, B. B. R.; SALLA, N. M. C. Governança em cooperativas: aplicação em uma cooperativa agropecuária. RAC. v.22 p.4 p.600-619, 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2018170228>

MARTINS, M.; MARTINS, V. F. Governança corporativa no terceiro setor: um estudo de caso em fundação de serviços hospitalares. Rev. Mineira de Contabilidade. v.15 n.54 p.6-13, 2014. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/187> Acesso em: 7, maio, 2021.

MARQUES, D. S. P.; COSTA, A. L. Administração de clubes de futebol profissional: proposta de um modelo específico de governança para o setor. Organ. Soc. v.23 n.78 p.378-405, 2016. <https://doi.org/10.1590/1984-92307823>

MENDONÇA, L. R.; MACHADO FILHO C. A. P. Governança nas organizações do terceiro setor: considerações teóricas. R. Adm. v.39 n.4 p.302-308, 2004. Disponível em: <http://rausp.usp.br/wp-content/uploads/files/V3904302a308.pdf> Acesso em: 12, junho, 2021.

MILANI FILHO, M. A. F.; MILANI, A. M. M. Governança no terceiro setor: estudo sobre uma organização francesa do século XIX. Rev. Eletrônica de Ciência Administrativa. v.10 p.1, 2011. <https://doi.org/10.5329/RECADM.20111001003>

MOTA, N. R.; CKANAZAROFF, I. B; AMARAL, H. F. Governança corporativa: estudo de caso de uma organização não governamental. Cadernos Gestão Social. v.1 n.1 p.1-16, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31487> Acesso em: 24, junho, 2021.

MOTA, A. L. C.; NASSIF, V. M. J. Modelos de gestão do esporte educacional e governança no terceiro setor: o real, o possível e o ideal. Podium Sport, Leisure and Tourism Review. v.4 n.2 p.29-42, 2015. <https://doi.org/10.5585/podium.v4i2.90>

MONKEN, S. F; MOTA, L. J.; SCHWACH, C. G.; OLIVEIRA, C. M. Abordagem bibliométrica sobre a governança corporativa no setor da saúde. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*. v.5. p. 57-68, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5213854> Acesso em: 22, maio, 2021.

NAZI, R. M.; AMBONI, N. Governança e Futebol: Um estudo em clubes de Caxias do Sul. *Podium Sport, Leisure and Tourism Review*. v.7 n.2 p.240-259, 2018. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3300231 Acesso em: 26, junho, 2021.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor). 2^a edição. São Paulo: Atlas, 2008.

PAULA, M. B., OLIVERO, S. M., MURITIBA, P. M., MURITIBA, S. N. Produção sobre terceiro setor no Brasil: pontualidade, dispersão e lacunas teóricas. In: XXXIV Encontro da Anpad, 2010.

PERES, R. M.; DUARTE FILHO, R.; ARAÚJO, M. A. Índices de governança corporativa aplicados ao terceiro setor. *Revista Multidisciplinar de Psicologia*. v.12 n.40 p.1-20, 2018. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1037> Acesso em: 4, abril, 2021.

PORTULHAK, H.; VAZ, P. V. C.; DELAY, A. J.; PACHECO, V. A qualidade da prestação de contas das entidades do terceiro setor: Uma análise a partir de sua relação com o comportamento dos doadores individuais. *Enfoque Reflexão Contábil*, v.36 n.1, 2017. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v36i1.31273>

RAMOS, A. F.; PEIXOTO, A. G.; FERREIRA, J. A. D.; RODRIGUES, N. F. Governança corporativa no terceiro setor: estudo de caso na associação de pais e amigos dos excepcionais de Governador Valadares. *Rev. perspectivas contemporâneas*. v.15 n.1. p.207-225, 2020. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/3090> Acesso em: 11, maio, 2021.

REZENDE, A. J; DALMÁCIO, F. Z. Práticas de Governança corporativa e indicadores de performance dos clubes de futebol: uma análise das relações estruturais. *Contabilidade, Gestão e Governança*. v.18 n.3 p.105-125, 2015. Disponível em: <https://revistacgg.org/contabil/article/view/878> Acesso em: 9, maio, 2021.

RIBEIRO, K. A. Governança e educação cooperativista em cooperativas agropecuárias: o caso da Civab no município de Canudos (BA). *Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*. v.3 n.2 p.284- 303, 2017. Disponível: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/download/5941/3380> Acesso em: 28, maio, 2021.

RIBEIRO, H. C. M. Entendimento da governança corporativa nas entidades esportivas, sob a óptica dos dirigentes. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*. v.7 n.3 p.104-121, 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/1372> Acesso em: 23, maio, 2021.

RIBEIRO, H. C. M.; SANTOS, M. C. dos. Perfil e evolução da produção científica do tema governança corporativa nos periódicos qualis/capes nacionais: uma análise bibliométrica e de redes sociais. *Journal of Accounting, Management and Governance* JAMG, v.18 n.3, 2015. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/contabil/article/download/802/pdf> Acesso em: 21, abril, 2021.

ROCHA, I. B. L.; FEITOSA, M. G. G. Governança em ONGs: um ensaio teórico. *Cadernos Gestão Social*. v.4, n.1. 2013

RODRIGUES, A. L.; MALO M. C. Estrutura de governança e empreendedorismo coletivo: o caso dos doutores da alegria. *RAC*. v.10 n.3 p.29-50, 2006. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552006000300003>

RODRIGUES, R. C.; VIEIRA, A. P. R.; SANTOS, S. M. S.; CABRAL, A. C. A.; PESSOA, M. N. M. Contabilidade no terceiro setor: Estudo Bibliométrico no período de 2004 à 2014. *ConTexto*, v.16 n.34, p.70-81, 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/62627> Acesso em: 12, junho, 2021.

RODY, P. H. A.; ALTOÉ, B. M.; CAMPOS, G. M.; REINA, D. Características da Produção científica sobre terceiro setor no contexto brasileiro: O que já foi investigado? *GeCont*, v.5 n.1, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/gecont/article/view/6381> Acesso em: 14, maio, 2021.

ROSINI, A. M.; SILVA, A. A. Governança corporativa: análise de boas práticas em uma instituição religiosa. *Revista Científica Hermes*. v.20. p.202-227, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4776/477654979010/html/> Acesso em: 17, maio, 2021.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. Social origins of civil society: Explaining the nonprofit sector cross-nationally. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v.9 n.3, p. 213-248, 1998.

SILVA, E. C. da. Governança corporativa nas empresas. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

SILVA, R. C. F.; SEIBERT, R. M.; WBATUBA, B. B. R.; MACAGNAN, C. B. As boas práticas de governança: um estudo sobre a transparência e prestação de contas nas OSCIPs do RS. *Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA*. v.9 n.3 p.24-44, 2015. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v9i3.1104>

SIQUEIRA, L. C.; BIALOSKORSKI NETO, S. Práticas de governança corporativa indicadas para monitoramento: uma análise do nível de adoção em cooperativas agropecuárias. *REGE*, v.21 n.1 p.43-63, 2014. <https://doi.org/10.5700/rege518>

SCHULZ, V. J.; SILVA, M. Z.; SILVA, J. C. Governança corporativa em entidades do terceiro setor: análise de APAES catarinenses. *Revista de Gestão Estratégica de Organizações*. v.5 n.1, 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d404/f0ecd325dc084c03e0560e3305ce423baed2.pdf> Acesso em: 8, junho, 2021.

VASCONCELLOS, A. M. A.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Institutional Development for Good Governance: the role of intermediary NGOs in Pará state, Amazonia. *Revista de Administração Pública*, v. 49, p. 793-815, 2015.

VAROTTI, F. P.; MALAIA, J. M. A prática da governança corporativa e sua influência para os stakeholders envolvidos no desenvolvimento de um projeto esportivo do SESI-SP. *Podium Sport, Leisure and Tourism Review*. v.5 n.1. p.1-17, 2016. <https://doi.org/10.5585/podium.v5i1.154>

VILELA, J. R. P. X.; CARVALHO NETO, A. N.; BERNARDES, P. CARDOSO, M. B. R. Governança e relações de poder: orientando as boas práticas em cooperativas e outras sociedades de pessoas. *Journal of Accounting, Management and Governance*, v.18 n.2 p.69-84, 2015. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/contabil/article/download/758/pdf> Acesso em: 2, junho, 2021.

WELLENS, L.; JEGERS, Marc. Effective governance in nonprofit organizations: A literature based multiple stakeholder approach. *EMJ*, v.32 n.2, p.223-243, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.emj.2013.01.007>

ZANATTA, J. M.; TREVISAN, J. D. V.; BAGGIO D. K. Estrutura de governança corporativa de um hospital filantrópico: um estudo de caso. *Holos*. v.34 n.1. p.212-223, 2018. <https://doi.org/10.15628/holos.2018.5122>